A GUERRILHA INDÍGENA E A GUERRA MODERNA AMÉRICA PORTUGUESA – SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

[1]Gustavo Garcia (IC-UNIRIO); Christiane Figueiredo Pagano de Mello (orientador).

1 – Departamento de História; Centro de Ciências Humanas e Sociais; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Apoio Financeiro: UNIRIO

Palavras-chave: **indígenas; guerrilhas indígenas; amazônia; militarismo e reformas pombalinas**

INTRODUÇÃO:

Os povos indígenas desde a ocupação portuguesa do território que hoje compreendemos como Amazônia, ocuparam um papel de destaque no decurso militar da região, seja pela grande presença demográfica, seja pelas suas táticas únicas de guerra. A arte militar na Região Norte não pode ser compreendida sem que seja entendido o papel bélico dos indígenas em sua configuração. O militarismo na região amazônica é caracterizado pela guerra de guerrilha, Pedro Pontoni (1999) define essa montagem de guerra como uma estratégia bélica pouco convencional,baseada na miscelânea do modelo científico de guerra (o europeu) com as táticas e o conhecimento militar dos indígenas. "Era o resultado não só da acomodação da guerra militar europeia às condições ecológicas do Norte, como também a assimilação de técnicaslocais de guerra" (Pontoni, 1999). O objeto dessa pesquisa é, portanto, o militarismo indigena na região amazônica, mas centralizado dentro do recorte temporal da segunda metade do século XVIII. Como foi falado, o militarismo indigena esteve sempre presente na constituição bélica do Norte, entretanto, a partir de 1750, o Marquês de Pombal, Secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I, implementa diversas reformas militares na Colônia, o projeto militar pombalino estabeleceu novos princípios na estruturação do corpo bélico do país, procurando regulamentar o corpo militar colonial e colocar como prioridade máxima a defesa do território colonial, especialmente com uma inserção oficial, regulamentada pela legislação pombalina, dos indígenas nas tropas e regimentos da Colônia. Nesse sentido a força militar indigena é oficialmente incluída nos corpos militares da região, os indígenas tornam-se "soldados" a serviço da Coroa na defesa da região. Portanto, como frisa Maria Celestino de Almeida (2010) a partir dessas reformas "O papel de garantir a soberania dos territórios no ultramar, já atribuído aos índios desde o século XVI, seria então, particularmente acentuado". A pesquisa proposta tem como intenção, lançar uma ponte entre a história militar e a história dos indígenas na Amazônia, porém apoiando-se em perspectivas mais recentes desses dois campos historiográficos. O projeto busca se enquadrar dentro dos parâmetros do que convencionou-se a chamar de Nova História Militar, uma historiografia militar não mais focada exclusivamente no estudo das grandes batalhas e figuras militares de alto escalão, mas com um enfoque maior no quadro de interações entre as forças militares e os agentes da sociedade vigente. Em suma, a questão central da pesquisa é entender o papel dos indígenas amazonenses na formação dos exércitos oficiais e nas incursões militares da região a partir do quadro das reformas militares e indigenistas de Pombal. Dessa forma, pretende-se compreender como a assimilação oficial dos "guerreiros indígenas" impactou os exércitos do Norte e como as guerras da região foram montadas a partir da presença maciça desses povos na sua constituição bélica.

OBJETIVOS:

Os objetivos iniciais do projeto tinham como propósito a compreensão das reformas militares de Pombal e seus impactos no militarismo amazonense a partir da perspectiva dos indígenas, dessa forma buscava-se compreender a guerra de guerrilha e sua presença na Amazônia Colonial. Dessa forma, os objetivos iniciais eram entender o impacto e a presença desse modus de guerra na região, e como o modelo militar amazônico propiciava esse estilo de guerrear. O trabalho, portanto, tinha como objetivo geral analisar as diretrizes militares de pombal na Região Norte da Colônia, através das guerras de guerrilha, entendendo suas particularidades e o seu papel na sociedade amazonense.Além desses objetivos iniciais, ao longo do curso da pesquisa, outros objetivos foram tomando forma, como a compreensão dos indigena como agentes dessa estrutura militar e por consequência, papel dos mesmos

nas montagens dos exércitos e estruturas militares da região, buscando assim, entender e caracterizar as particularidades desses "indígenas guerreiros".

METODOLOGIA:

A metodologia selecionada para este projeto consiste no levantamento e leitura dos diversos ofícios, cartas, requerimentos, consultas e ordens existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), sobre o projeto militar pombalino para a região Norte da América, disponibilizados digitalmente através do Projeto Resgate. Mais especificamente. Buscando as correspondências ativa e passiva estabelecidas entre os Governadores da região Norte e a Metrópole. A partir dessas documentações são filtradas aquelas que dialogam com a problemática da pesquisa, portanto documentos que ajudem a entender as particularidades dos povos indígenas, como mapa de povoações, bem como correspondências e requerimentos oficiais que ajudem a entender a montagem dos corpos militares. Assim como, ordens e instruções da Metrópole para o caso de guerra e instruções de como operar as patentes indígenas nas mesmas, também, correspondências ordenando o deslocamento de grupos indígenas para diferentes funções bélicas e conflitos territoriais. Em suma, a metodologia utilizada é buscar entender e reconstruir as particularidades indígenas no militarismo amazonense a partir das correspondências oficiais entre Colônia e Metrópole.

RESULTADOS:

Com base em documentos do AHU foi possível entender como funcionava a integração dos indígenas na estrutura militar, como o ofício enviado em 1774, na qual o Governador Geral do Estado do Pará apresenta a Metrópole, um método certo e invariável para regulamentar a participação de indígenas aptos servir naquele Estado, esse ofício apresenta uma espécie de regulamento para a participação de indígenas nas atividade coloniais, incluindo as militares, como a idade a serviço, de 13 a 60 anos, o procedimento para índios aleijados, idosos e cegos e os cargos aptos aos indígenas. No mesmo ano, outro documento importante é o mapa de indígenas aptos a servir no Estado do Grão-Pará, nesse ofício é apresentado o número de indígenas em cada uma das ocupações e vilas e também as ocupações desse indígenas nos exércitos podendo ser divididos em 6 categorias: *principaés, capitanes móres, sargentos móres, cappitaens, ajudantes e alféres.* A partir de outros documentos como o ofício enviado pelo Governador Geral do Grão-Pará em 1776 é possível entender como se daria a atuação dos guerreiros indígenas em um caso de invasão estrangeira. O documento prontifica que em caso de ataque, os diretores de povoações indígenas deveriam notificar todos os indígenas disponíveis "Os Diretores das Povoações de Índios desta capitania que em caso de ataque contra a mesma capital façam marchar o maior número de Índios que possam aprontar" todos "armados e municiados", o ofício também informa que os indígenas também ocupariam funções estratégicas como a vigia de rios e como mensageiros para notificar as autoridade locais de um possível ataque, além de serem responsáveis pelo manejo das canoas, importantes para o transporte de insumos e armamentos. Outro ponto interessante em vários documentos é a menção a uma uma "Companhia de Infantaria e ordenança dos índios" que estaria subordinada a uma infantaria auxiliar de brancos, nesse ponto pode-se perceber não somente a assimilação dos indígenas no corpo militar mas também a formação de uma espécie de patente específica para os indígenas. A partir de outras documentações foi possível entender a existência de uma espécie de patente específica para Indígenas, uma companhia de infantaria e ordenança dos índios subordinada a uma infantaria auxiliar de brancos, ao cruzarmos essa informação com a bibliografia específica sobre a organização militar colonial, foi possível entender o projeto social pretendido por Pombal para a inclusão desses povos na sociedade, ao cruzarmos essa informação com a bibliografia específica sobre a organização militar colonial, foi possível entender o projeto social pretendido por Pombal para a inclusão desses povos na sociedade. Uma inclusão no sentido de possibilitar a existência de novos súditos dispostos a defender o espaço territorial, bem como serem a principal fonte de continente para a mão de obra no Norte. No entanto é importante ressaltar que tais indígenas tinham seus traços culturais e linguísticos apagados ao serem incluídos nessas sociedades, somente o indigena aculturado e inserido dentro da cultura e língua portuguesa eram legitimados nessas sociedades, os demais eram excluídos e vistos como bárbaros e inimigos. Partindo dessa documentação e da leitura bibliográfica é possível definir que os indígenas ocupavam um papel central na constituição do modus operandi de guerra na região, as guerrilhas. Eles desempenhavam primeiramente a função de vigias, observando a entrada e saída nos rios da região, na intenção de conseguirem alertar os portugues na presença de qualquer ameaça. Além disso, cabe ressaltar que a maioria dos conflitos da região ocorriam dentro das matas fechadas. Para as quais exigia-se destreza no manejo das canoas, das armas, táticas de guerra nativa, mas também implicava uma necessária rede de informações.Outro ponto importante estudado nos últimos meses foi o Diretório dos Índios e sua importância no

alistamento de indígenas para o militarismo. O Diretório foi um conjunto de normas que vigoraram durante quase toda a segunda metade dos setecentos e legislavam exclusivamente sobre os indígenas na sociedade colonial, desde questões sociais como casamentos interraciais até a participação indiegna no militarismo. O Diretório é a base legislativa para a "inclusão" dos indígenas no seio da sociedade colonial. A análise de todos os dispositivos legais do Diretório ainda está em curso na pesquisa, mas algumas questões já puderam ser entendidas. A primeira é de que o Diretório promoveu uma profunda inserção de indígenas na sociedade colonial amazônica. E a segunda é a de que o Diretório dispunha sobre a divisão de índios para diferentes áreas da sociedade, como a defesa do Estado, a mão de obra fundamental para a alimentação e o manejo das canoas, principal meio de locomoção, mas também um instrumento importante nas táticas de guerra. Em suma, os principais resultados obtidos até o momento no decurso da pesquisa, foram a caracterização dos agentes militares indígenas e algumas particularidades desses grupos no ambiente militar do Grão-Pará.

CONCLUSÕES:

Em síntese, a inserção de indígenas no corpo militar do Norte através das reformas militares de pombal, pode ser interpretado como um mecanismo de assimilação dos indígenas à sociedade luso-colonial, uma vez que a base da legislação indigena da época, o já citado Diretório dos Índios, tinha como cerne, a inclusão social dos indígenas. Assim como, pode ser visto como a utilização, de forma institucionalizada de uma mão de obra militar abundante e massiva nos territórios amazônicos. Além disso, o ambiente amazônico impedia a utilização dos meios de guerrear europeus, logo o conhecimentos e as tática de guerra indígenas moldaram um novo constructo militar , Portanto a estrutura de guerra na região é um encontro do "militarismo indigena" com a utilização do meio amazonense. Concluo com o pensamento de Maria Celestino de Almeida (2010) de que os indígenas eram "o alicerce da empresa colonial" na região amazônica.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Luís Ferrand, **A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha.** Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2010.

BAENA, A. L. M. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém, Universidade Federal do Pará, 1969.

_____, **Ensaio Corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

CASTRO, Celso; SOUZA, Adriana Barreto de. A defesa militar da Amazônia: entre história e memória. In: CASTRO, Celso (Org.). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (175. 0-1798).** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2005.

CURTO, Diogo Ramada. **O Discurso Político em Portugal (1600-1650),** Universidade Aberta, Lisboa, 1988.

DA CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). **História dos índios no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2013.

FARAGE, Nádia, **As muralhas dos sertões**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque, **"A Colônia do Sacramento e a Expansão no Extremo Sul"** In **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo 1, SP, Difel, 1976.

MACEDO, Pedro da Costa de Sousa de; MOTTA, Edilson Nazaré Dias. "António de Sousa de Macedo, capitão geral e governador da ilha de Joanes. In: **Actas do Congresso Internacional - Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**. Lisboa, Cham: 2005.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. 'O Marquês de Pombal e a unidade Brasileira. In: **RIHGB**, Vol. 219, 1953.

_____, **A Amazônia na Era Pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759**. Rio de Janeiro: IHGB, 1v. 1963.

MONTEIRO, Rodrigo Borges. **Nas fronteiras do Antigo Regime: a Colônia do Sacramento no século XVII**l In: *Congresso Internacional de História O Espaço Atlântico de Antigo Regime,* 2005, Lisboa. **Anais do Congresso Internacional de História O Espaço Atlântico de Antigo Regime**, 2005.

MOREIRA, Carlos de Araújo Neto. **Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850)**. Editora Vozes.1988.

MOURA, Aureliano. **Os regimentos portugueses no Brasil – Moura, Bragança e Estremoz.** Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, v. Especial, n.87, 2000.

NABUCO, Joaquim. **O Direito do Brasil**, Instituto Progresso Editorial, S.A. São Paulo, 1949.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **A soldadesca desenfreada: politização militar no Grão-Pará da era da independência (1790-1850).** Tese de Doutorado, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2009.

POSSAMAI, Paulo. **A vida quotidiana na Colónia do Sacramento**. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

PUNTONI. **A arte da guerra no Brasil**. Tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira da América portuguesa, 1550-1700, São Paulo: Cebrap, nº 53, 1999.

ROCHA, Rafael. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina. Sociedade,hierarquia e resistência (1751-1798)**. Niterói, 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.